

É homem ou mulher? Nipo-brasileiras e outras contra ditadura. Gênero, *etnicidade* e memória da luta armada no Brasil*

André Souza Martinello, UFSC
andresoumar@gmail.com

O título desse trabalho é referência da fala de uma mulher, nascida no interior do Estado de São Paulo, participante da luta armada e que na situação de humilhação da tortura na última ditadura nacional, viveu a condição de preconceitos diversos. Da sua difícil experiência, utilizou-se para nomear esse trabalho. Trata-se de uma jovem ingressada em uma organização política considerada de “resistência”, na oposição ao regime que então vigorava. Dos policiais (homens) torturadores – parte da fala que nomeia este trabalho – foi o que escutou, segunda recorda a militante:

Na segunda ocasião em que foi presa, desta vez no estado do Pará, para onde tinha ido na tentativa de entrar para o movimento da guerrilha do Araguaia, ela lembra de o capuz ser arrancado de sua cabeça, e os interrogadores, ao verem seus cabelos curtos e seus jeans, dizerem: “É homem ou é mulher?” ... ai, eles soltaram alguma coisa como “que troço é esse aqui?”, “isso aqui é um homem, uma mulher, uma japonesa, uma...” Eu não lembro exatamente¹.

Esse é o caso da guerrilheira Rioco Kayano. Durante sua primeira passagem pela prisão fora dito a ela que deveria cantar o hino brasileiro como forma de provar a lealdade ao Brasil. Na segunda ocasião em que fora detida pelas forças de repressão, agora no Estado do Pará, Kayano que havia se deslocado para o norte do país com intenção de participar da guerrilha do Araguaia, a fala acima de Rioco Kayano (atualmente considera “ex-militante do PC do B”²) revela em parte, preconceitos, estereótipos e estigmas que ela vivenciou por ser: mulher, pertencer a uma organização de oposição ao governo, estar trajando *jeans*, apresentar corte de cabelo curto e carregar sua aparência física/corporal a descendência japonesa. A tortura psicológica e mental

* André Souza Martinello, Historiador pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Atualmente bolsista da Capes, mestrando no Programa Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural – PGDR na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, orientado pela professora Dr^a Renata Menasche.

Registro agradecimento especial à professora e amiga Dr^a Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho pela leitura, comentários e sugestões. Críticas, omissões e falhas desse trabalho são todas minhas.

¹ LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p153.

² “A aventura de Rioco”; Revista **Caros amigos Especial 100 anos da Imigração japonesa**. Ano XII, nº39, abril de 2008. pp.23 e 24. “Rioco Kayano, ex-militante do PC do B, mulher do deputado federal José Genoíno, conta como não foi a guerrilha do Araguaia, mas acabou sendo presa.”

direcionada a militante apresentava forte violência (inclusive simbólica), como a própria recorda, ao arrancarem seu capuz ouviu comentário de que ela, ou melhor, “aquilo” se tratava do que? Que *troço* é esse, homem? Mulher?... olhos da ditadura revelavam uma japonesa, não uma brasileira.

Nessas duas circunstâncias vividas por Kayano quando de sua carceragem, percebe-se a marca da etnia no seu rosto como elemento de tortura, em um primeiro momento ao ver testada a sua nacionalidade por interrogadores que haviam prometido a ela que se cantasse o hino nacional seria liberada do interrogatório. Na segunda circunstância, elemento étnico soma-se a busca por um enquadramento corporal masculino ou feminino... arrancaram capuz e a dúvida era, seria um homem ou uma mulher? Pareciam descobrir os interrogadores, tratava-se de uma japonesa! Japonesas não são fáceis de identificar como mulheres? Ou brasileir@s com “traços orientais” são japoneses? No contexto de julgamentos por racialização e sexualização da pessoa, à tortura étnica e moral evidenciava a condição de diáspora japonesa, bem como enfatizava a presença de japoneses no Brasil como uma migração indesejada e que deveria aceitar as condições do país receptor, não lutar contra o governo que *aceitou* a presença dos mesmos japoneses:

Seus interrogadores [de Rioco Kayano] disseram que o Brasil tinha oferecido a seus pais um lugar para morar, para ganhar dinheiro e para mandá-la para universidade, e lhe prometeram que se ela contasse o hino nacional, ela seria libertada (ela não cantou e não foi libertada)³.

A geração nipo-descendente participante da época da luta armada buscava livrar-se dos estereótipos de jovens e dos papéis a eles direcionados, porém em determinadas circunstâncias gozavam de tratamentos desiguais por parte dos torturadores, interrogadores e repressores de modo geral. Justamente a etnia criava a massa de ligação e imagem dos japoneses como ordeiros, corretos e amarrados a valores de família e trabalho. Jovens foram remanejados de locais de luta e prisão para as suas comunidades de origem, com a justificativa de que reaprenderiam e voltariam a socializar-se no “clima de respeito” ao regime militar existente nas colônias japonesas e evitando a luta contra o mesmo. A militante ficou surpresa quando percebeu que o agente do Departamento de Ordem Política e Social/DEOPS havia lhe conferido a liberdade desde que permanecesse entre os membros da colônia japonesa e não retornasse à cidade de São Paulo:

Kayano foi solta depois de assinar uma declaração de que ficaria com seus pais na cidade natal, longe da cidade de São Paulo. Kayano ficou surpresa com essa decisão, e o agente do Deops disse que isso era possível porque ‘eles eram japoneses’ e porque ela estaria sob a ‘proteção dos irmãos, da família’. Kayano compreendeu que o agente “teria mais garantias de que eu não me meteria mais em subversão ficando sob a guarda dos meus pais no interior, do que ficando aqui

³ LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**, Ibidem.

em São Paulo.” Mais uma vez, a etnicidade foi um trunfo⁴.

É interessante observar que a militância étnica configurava-se como uma busca identitária pela brasilidade, por nipo-descendentes; o reconhecimento em serem verdadeiros brasileiros. Mas como afirma Lesser, ironicamente a busca da brasilidade “teve efeito contrário”, pois esses descendentes de imigrantes vindos do Japão acabaram por serem conhecidos como não brasileiros, mas possuidores de características típicas japonesas: espírito de coragem, guerreiro/lutador (ancestral de samurai) e ordeiro/trabalhador.

Dessas mulheres chamadas de “japonesas”, vistas como sendo menos brasileiras ainda, por apresentarem padrão pouco feminino em relação do que se considera (e espera) das mulheres nacionais, essas orientais não eram nem semelhantes aos homens, tampouco pareciam verdadeiramente mulheres. Militantes com traços asiáticos, amarelos e de origem japonesa enfrentaram variados mecanismos repressores da ditadura, tiveram suas lutas étnicas frustradas, e junto com demais mulheres do período, ouviram, viveram e foram testemunhas das relações assimétricas entre homens e mulheres. É preciso também dizer que as mulheres não só contribuíram para que elas mesmas tivessem também “mais direitos” e convivessem com menos preconceitos, mas antes disso, no caso das japonesas o preconceito ultrapassou a condição feminina, tornando-se também um condição de etnicidade.

Japonesas de armas na mão?

Mulheres nipo-brasileiras: identidade ambivalente, preconceito e luta armada

Como foram vistas as mulheres de descendência ou ascendência nipônicas no Brasil, que atuaram e participaram em movimentos de contestação e combate à ditadura civil-militar pós-1964? Por que gerações seguintes aos imigrantes japoneses estabelecidos no Brasil, participaram de grupos da luta armada e atuaram em oposição aos que tomaram o governo ao derrubarem Goulart?

De quais maneiras (e como) foram representados por companheiros nos grupos em que participavam e, pelos representantes governamentais de órgão de repressão esses brasileiros descendentes de nipônicos, que atuaram em organizações de luta armada? Ser mulher ou nipo-descendente interferia na condição das guerrilheiras de maneira a aumentar, por exemplo, preconceitos que recaiam sobre as mesmas (dentro ou fora das organizações políticas)?

Deve-se lembrar a partir de reflexões de diferentes obras de Jeffrey Lesser, que no Brasil não há uma distinção clara, termo ou expressão única para designar brasileiros de ascendência

⁴ LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**, op.cit. p.155.

japonesa e os habitantes do próprio Japão; em nosso país a identidade hifenizada é presente, como nas intitulações: nipo-brasileira; ítalo-brasileira; afro-, etc. Descendentes de migrantes europeus, particularmente, tendem a ser classificados (e se auto-classificar) como bons brasileiros por trazerem uma raiz “superior” aos aspectos degradantes da cultura brasileira e que no Brasil não são valorizados: trabalho, honestidade, seriedade, nacionalismo, disciplina...

É também Lesser quem lança e responde questões bastante pertinentes a respeito dos “nipo-brasileiros” atuarem em situações e fazerem parte de grupos de organização e luta contra a ditadura civil-militar. Esse historiador *estadonidense* afirma que a militância nipo-brasileira é uma militância étnica, pois significa a busca por brasilidade e reconhecimento em serem brasileiros, principalmente por aquelas gerações de filhos, netos... de japoneses, mas nascidos no Brasil e que geralmente não são vistos como brasileiros. No estudo que realiza focando na cidade de São Paulo, Lesser constatou:

Mesmo os nipo-brasileiros que não seguiram o caminho traçado por seus pais e esperado pela maioria nunca rejeitaram a poderosa combinação de estereótipos tão profundamente entranhados na história moderna de São Paulo. Artistas *nikkeis* muitas vezes buscaram inspiração em suas próprias experiências de etnicidade. Alguns deles, nos anos 1960 e 1970, ingressaram na indústria cinematográfica paulista, às vezes atuando em filmes eróticos cujos enredos usavam a cidade como pano de fundo. Outros *nikkeis* se envolveram na política e, durante a ditadura que teve início em 1964, verificou-se um surgimento explosivo de líderes políticos *nikkeis* nos níveis municipal, estadual e nacional. Os *nikkeis* politicamente militantes também se opunham ao regime militar, e alguns deles se filiaram a grupos de oposição, inclusive movimentos de guerrilha armada, na esperança de derrubá-lo.⁵

Na busca de identificação, para si mesmos, como sendo brasileiros e não japoneses, paradoxalmente, esses nipo-brasileiros acabavam por serem identificados com certo espírito e ascendência japonesa. Se desde os debates iniciais no século XIX – bem como no século XX – acerca da entrada dos japoneses no Brasil havia a questão de se orientais, amarelos e japoneses, eram ou não imigrantes desejáveis, o mesmo se repetia acerca dos nipônicos envolvidos em movimentos sócio-políticos: seriam esses bons ou maus militantes? O que se identifica é uma positivação da presença nipônica no Brasil em várias áreas e setores da vida social brasileira.

Por que então as gerações seguintes aos migrantes nipônicos instalados no Brasil ingressaram em movimentos de contestação política? Para Lesser, a intenção estava na busca de uma brasilidade. Tanto não eram vistos como brasileiros, embora nascidos no Brasil, os militantes (mulheres e homens) que atuavam na luta armada limitavam-se em determinadas atuações naquelas organizações de combate, pois corriam maiores riscos de serem rapidamente descobertos como

⁵ LESSER, Jeffrey. *Uma diáspora descontente*. Op.cit, p.32-33.

“diferentes”. Takao Amano, ex-guerrilheiro do grupo comandado por Carlos Marighella – Ação Libertadora Nacional – afirmou que no conhecido “[...] seqüestro do embaixador americano era para eu participar, só que no Rio não tinha japonês. Então, podia ser localizado facilmente. Aqui [em São Paulo] a gente procurava usar até óculos escuros, mas mesmo assim o pessoal descobria.”⁶

No contexto étnico, o falso nome de uma guerrilheira/o com fisionomia oriental jamais poderia, na época, ser totalmente *abrasileirada/o*, pois adotar um nome “totalmente nacional” chamava atenção para pessoas que viam rostos orientais, essa poderia ser uma armadilha em que repressores e investigadores logo acabariam por revelar a identidade (forjada). Aparência oriental como nome totalmente brasileiro chama atenção, é algo curioso. Uma das maneiras de escapar da rápida cassação pelo governo estava em adotar um novo nome, mas que fosse antes de tudo, confundido ou visto como “japonês”, passando despercebido de maiores explicações, um nome etnicamente neutro para um japonês. Ou seja, a escolha da guerrilheira por uma falsidade implicava adotar certo nome “eticamente neutro” para japoneses, não sendo distante daqueles nomes vistos como estrangeiros, orientais ou japoneses. O próprio “novo nome” sugere e expressa a etnicidade como primordial na tentativa de ser vista como uma japonesa, escapando com maior destreza da polícia política daquele momento.

Quando se trata de mulheres que atuaram em variados movimentos, ações e grupos contra a ditadura, diferenças podem ser percebidas em se tratando de descendentes de japonesas/es e filhas/os, netas/os... de migrantes originados do Japão. O objetivo desse trabalho busca evidenciar que a respeito desse grupo étnico, o preconceito foi duplo, principalmente quando “nipo-brasileiras” atuavam em guerrilhas. Tanto as instituições do regime militar, bem como os grupos em que militantes faziam parte e atuavam, as tratavam geralmente com preconceitos por serem mulheres, pertencerem a grupo minoritário (japonês) e por recusarem a “possível opção” de sucesso econômico e padrão de vida que nipônicos costumavam conquistar no Brasil. Por que uma “japonesa” se submetia à luta armada em um momento de exacerbação do poderio militar? Era uma constatação curiosa visualizar as mulheres de “fisionomia japonesa” participando da luta armada. Segundo argumento de Jeffrey Lesser, foi justamente buscando romper com gerações anteriores e particularmente com a vontade de desvincular-se das imagens e identidades de “japonês comportado”, exemplo de imigrantes bem sucedido e dedicados a disciplina e ao trabalho, que jovens ingressaram em movimentos políticos armados e em guerrilhas contra a ditadura. Porém, justamente ao se lançarem na ruptura da identidade de japonês “certinho” que aqueles jovens agora de armas na mão acabaram por viverem e reconstruírem as representações que tanto buscavam

⁶ “Takao Amano também escolheu a luta armada e teve de conhecer o inferno”; Revista **Caros amigos Especial 100 anos da Imigração japonesa**. Op.cit, pp.21-22. “A história de um guerrilheiro urbano que não se arrependeu.”

escapar e recusavam: “Supunha-se que a militância étnica levaria à brasilidade. Ironicamente, o que aconteceu foi o contrário.”⁷

Nas células de partidos ilegais ou dos movimentos em que estavam engajados, apelidos “orientalistas” descendentes nipônicos recebiam, mesmo nascidos no Brasil, geralmente o imaginário que recaia sobre esses descendentes estava ligado aos seus antepassados: “*japa*” ou qualquer apelido próximo ou como esse era o cognato recebido: “Os militantes nipo-brasileiros eram estereotipados tanto por seus companheiros quando pelas forças de repressão. Isso acontecia de várias formas.”⁸

Outra circunstância que tornava evidente a repressão acompanhada de preconceitos raciais quando filhas “de japonesas/es” (as descendentes) eram submetidas a interrogatórios ou torturadas por outros grupos não japoneses, ou pessoas sem vínculo com ascendência nipônica. Segundo Lesser: “Quando os militantes *nikkeis* se deparavam com as forças de repressão não-*nikkeis*, a etnicidade quase sempre vinha à tona.”⁹

Dessas mulheres descendentes de casais japoneses ou com ascendência ligada ao Japão, os preconceitos sofridos estavam relacionados em parte a um imaginário da sexualidade e ao valor do trabalho e inteligência, associados ao caráter radical e equilibrado, frio e calculista, referenciado aos nipônicos. Psicólogos vêm apontando, como fez Joyce Rumi Suda¹⁰ e Lídio de Souza, algumas situações em que mulheres de fisionomia oriental-asiática ou de etnia japonesa costumam sofrer no Brasil em relacionamentos inter-étnicos e interpessoais. As japonesas são marcadas por estereótipos e prejuízos emocionais. Uma das entrevistadas, segundo descreve a pesquisa psicológica, relatou que na escola, sua infância e juventude fora marcada por ser vista e reconhecida por demais colegas como *uma velha*. Outros interpretavam comportamento recatado da filha de japoneses como sendo diferente dos padrões brasileiros, aspectos culturais, costumes e comportamentos entendidos como “orientais”, segundo a entrevistada, caracterizam as mulheres como recatadas, quando no Brasil “tinha que parecer gostosa”, essa informalidade ou necessidade em representar aparências corporais para o padrão japonês é algo vulgar, comenta ela, portanto, algo que se aprende a evitar, o que no Brasil é o inverso.

O valor social do estudo, da profissão, do saber e da escola formal para imigrantes japoneses, também era motivo de chacota e comentários jocosos; o fato de japonesas gostarem de

⁷ LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**. Op.cit, p.33.

⁸ LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**. Op.cit, p136.

⁹ LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**. Op.cit. p.153.

¹⁰ SUDA, Joyce Rumi; SOUZA, Lídio de. “Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES)”. **Psicologia & Sociedade**; **18** (2): 72-80; mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/09.pdf>

estudar virava motivo de risada, relatam mulheres nipo-descendentes. Excluídas nas escolas, principalmente por grupos majoritários preocupados em namorar, desde momentos iniciais da socialização infantil e a partir do ensino formal, até momentos de busca por emancipação ou de contestação política, caso das “guerrilheiras” de última ditadura brasileira, nipo-brasileiros e mais ainda nipo-brasileiras envolveram-se em organizações que buscavam modificações políticas, econômicas e sociais no Brasil, porém, atuando também em uma luta étnica marcada por preconceitos de inferioridade e reconhecimentos de superioridade. Quando corporalmente diferentes do “modelo” ou dos símbolos da sensualidade das mulheres brasileiras, as de origem nipônica chegam a ser vistas não como mulheres, mas como “outra coisa”, denominadas de *japonesas*. O manejo ambíguo (a ambivalência) dessa identidade faz com que muitas vezes, brasileiras de progenitores e ascendentes japoneses tenham que se impor como mulheres, mesmo que não conquistem a também sonhada brasilidade, essas guerrilheiras guardaram consigo duas dificuldades principais, de não serem reconhecidas como brasileiras, nem como mulheres; essas frustrações japonesas (e de japoneses) em solo brasileiro, Jeffrey Lesser chamou de “uma diáspora descontente”, título da mais recente obra desse autor sobre o tema de japoneses participantes da luta armada no Brasil.

As outras. Mulheres na luta contra a ditadura no Brasil

Para Jeffrey Lesser os estudos envolvendo gênero como temática e abordagem são excelentes exemplos de como a militância no último regime ditatorial brasileiro, pode ser analisada de maneira menos convencional, possibilitando recorte do ponto de vista histórico, não tradicional. Questões sobre determinados período da história comumente tratadas pelo conceito de classe, por exemplo, mereceram na última década novas abordagens e uma ampliação de problemática e questões sob eventos e período discutidos na historiografia nacional, como afirma Lesser acerca da ditadura militar e dos movimentos de resistência e contestação do regime: “O fato de que a classe tenha sido o princípio organizacional aparente da esquerda não deveria, eu gostaria de sugerir, nos levar a diminuir a importância de fatores como raça, etnia e gênero”.¹¹

A invisibilidade das mulheres inseridas na luta contra a ditadura, principalmente no combate armado organizado por civis, parece aos poucos receber atenção e discussão mais

¹¹ LESSER, Jeffrey. De *nikkei* para brasileiro e vice-versa: o papel da etnicidade na luta armada de São Paulo. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setyo (org's). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: editora da UNESP, 2008. pp.23-39.

aprofundada e merecida sobre o tema¹². Três personagens homens são constantemente lembrados e relatados na cronologia da luta contra a ditadura: Edson Luis, Carlos Lamarca e Carlos Marighella. Em termos da historiografia da História do Brasil do período, compreendido como tomada do poder pelos militares e civis (o golpe) e a retirada desses após duas décadas (o retorno à democracia), as mulheres tendem a parecer ou serem descritas em situações e papéis de segundo plano.

O homicídio do estudante Edson Luis pelos militares desencadeou movimentos de protesto na sociedade e gerou manifestações, principalmente nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro, no início do mês de abril de 1968. O historiador Jeffrey Lesser não deixa de mencionar, que milhares de estudantes, mulheres e homens, ingressaram em movimentos e organizações de protesto (e em guerrilhas), assim como fez a filha de um casal de imigrantes japoneses radicados no Brasil, Marta Masako Tamasaki, apelidada de *'Mate'*, se filiou a Ação Popular/AP inspirada na circunstância da morte do estudante. A militância étnica, assim como o tratamento diferencial por sexos e gênero já não passam mais despercebidos, questões pertinentes e presentes até mesmo naquelas organizações que contestavam os regimes políticos de então.

¹² WOLFF, Cristina Scheibe. "Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: Perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985." **Rev. Bras. Hist.** vol.27 no.54 São Paulo. Dec. 2007 (Dossiê História e Gênero). Texto disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=en&nrm=iso